



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/01/2011



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1 - 2
1.2. HOMENAGEM.....	3 - 4
1.3. INSTITUCIONAL.....	5
2. JORNAL AQUI	
2.1. JULGAMENTOS.....	6
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. COMARCAS.....	7
3.2. FORAGIDOS.....	8 - 9
3.3. JULGAMENTOS.....	10 - 13
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	14
4.2. JULGAMENTOS.....	15 - 17
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	18
5.2. COMARCAS.....	19 - 21
5.3. HOMENAGEM.....	22 - 23
5.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	24
5.5. JULGAMENTOS.....	25 - 29
5.6. PRISÃO.....	30
6. JORNAL EXTRA	
6.1. HOMENAGEM.....	31
6.2. JULGAMENTOS.....	32
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. JULGAMENTOS.....	33 - 34
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. JULGAMENTOS.....	35 - 37
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. FORAGIDOS.....	38 - 40
9.2. HOMENAGEM.....	41 - 42
9.3. INSTITUCIONAL.....	43
9.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	44
9.5. JULGAMENTOS.....	45
10. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
10.1. INSTITUCIONAL.....	46
10.2. JULGAMENTOS.....	47 - 49

DPE empossa 23 defensores públicos em solenidade no TAA

Fotos/Antônio Martins



► Helena Maria Haickel, Washington Luiz Oliveira e Aldy Mello de Araújo Filho na mesa

O defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, empossou 23 defensores públicos que irão reforçar a atuação da Defensoria Pública na capital e ampliar o atendimento no interior. A solenidade, realizada no Teatro Arthur Azevedo, contou com a presença do vice-governador Washington Luiz Oliveira; do secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplan), Fábio Gondim; do defensor público-geral da União no Estado, Miguel de Almeida Lima; da procuradora Geral do Estado, Helena Maria Haickel; entre outras autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da sociedade civil.

Os novos membros da carreira irão atuar na capital, reforçando as atividades nas áreas criminal e cível, e no interior, tanto nos núcleos regionais já existentes como nos que estão em processo de implantação. Com o aumento do número de profissionais de carreira, a Defensoria Pública (DPE/MA) vai criar mais sete pólos nas cidades de Carolina, Codó, Rosário, Raposa, Pedreiras, Itapecuru-Mirim e Pinheiro. O defensor público geral anunciou ainda a criação do Núcleo Especializado em Defesa da Mulher

e da população GLBT, com atuação na capital. Os novos núcleos estão previstos para junho de 2011.

Longe de representar apenas a possibilidade de ingresso formal do indivíduo à jurisdição estatal, o acesso à Justiça revela-se uma ferramenta poderosa no sentido de combater a pobreza, prevenir conflitos e fortalecer a democracia, e assim passa, então, a ser compreendido como um requisito essencial à efetividade dos demais direitos e, conseqüentemente, um valioso indicador do grau de democratização do Estado e do seu sistema de justiça, explicou Aldy Mello Filho.

O vice-governador Washington Oliveira destacou o papel da Defensoria Pública. Bem preparado para

defender o cidadão que necessita de auxílio jurídico, o defensor público tem um papel ímpar no campo do direito: o de equilibrar as desigualdades sociais, dando vez a quem não tem, ao prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. E esse papel tem sido cumprido com muita determinação, afincamento e competência, ponderou Washington.

Nomeações- Os novos defensores foram aprovados em concurso público realizado em 2008 e aguardavam nomeação, que só foi possível com a destinação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011, de um percentual específico para despesas de pessoal. Agora, a DPE conta com 81 defensores no seu quadro. Somente na gestão

de Aldy Mello Filho foram nomeados 35 profissionais. Dados do Ministério da Justiça apontam para a necessidade de 200 defensores no Estado, pois 57,72% da população maranhense é potencial usuária dos serviços prestados pela Defensoria.

Clarice Viana Binda, representando os empossados, falou sobre a missão que os novos defensores têm pela frente. A partir de agora, nós não daremos voz ao

pobre, porque o pobre tem voz. Nossa missão é fazer com esse pobre seja ouvido por toda a sociedade, é fazer com que ele tenha direito a ter direitos, como prevê a Constituição, disse.

Participaram ainda da cerimônia o vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão, Adriano Antunes; procurador do Município, representado a Prefeitura de São Luís, Francisco Co-

elho Filho; secretário de Estado do Gabinete Militar, José de Ribamar Vieira; presidente do Conselho de Direitos Humanos, juiz Douglas de Mello; juíza da 10ª Vara Criminal, Oriana Gomes; os representantes do Ministério Público, promotor Marco Aurélio Ramos Fonseca; e da Ordem dos Advogados do Brasil, Carlos Couto.



Corregedor receberá Medalha do Mérito da ESMAM

Pág. 3

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, será um dos agraciados com a Medalha do Mérito da ESMAM (Escola Superior da Magistratura do Maranhão), em solenidade amanhã, às 17h, na sede da escola.

Corregedor receberá Medalha do Mérito da ESMAM

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, será um dos agraciados com a Medalha do Mérito da ESMAM (Escola Superior da Magistratura do Maranhão), em solenidade amanhã, às 17h, na sede da escola. A medalha é concedida a personalidades que contribuem para desenvolver o estudo do Direito.

Serão eventos paralelos os lançamentos do

selo ESMAM - comemorativo aos 25 anos da escola, a ser comemorados este ano - e da 4ª edição revisada do Código de Organização Judiciária, do desembargador Cleones Cunha.

Além do corregedor Guerreiro Júnior serão homenageados com a comenda os desembargadores Jamil Gedeon (presidente do Tribunal de Justiça), Cleonice Freire (vice-presidente) e Anto-

nio Rulli (TJSP), e o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Execuções Penais (VEP).

A Medalha do Mérito da ESMAM foi instituída pelo TJMA em reconhecimento a magistrados e não-magistrados que tenham contribuído para os serviços da Justiça e atividades da escola. A proposta de criação da medalha é do desembargador Cleones Cunha, ex-diretor da ESMAM.

GESTO DE RECONHECIMENTO: o professor catedrático da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa, doutor Jorge Miranda, fez um agradecimento especial ao desembargador Lourival Se-rejo, coordenador da “Revista do Tribunal de Justiça do Maranhão”, pela referência feita aos trabalhos do constitucionalista no artigo “A Constitucionalização da Família nos Países da Língua Portuguesa”, de autoria do desembargador...

SEGUNDO JORGE MIRANDA na última edição da publicação, “o artigo do jurista dá um quadro muito completo do tratamento constitucional da família nos oito países da C.P.L.P.(Comunidade de Países de Língua Portuguesa), mostrando que, para além da língua, também o Direito nos une” ...

▶ PECULATO**Tribunal recebe denúncia
contra deputado estadual**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu denúncia contra o deputado estadual licenciado, Paulo Roberto Almeida Neto, e outros acusados pela suposta prática em crime de peculato (Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular). Também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar. De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), Patrícia Aguiar e

Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, o Bertim, assassinado em março de 2006, um cheque da Fapem no valor de R\$326.759,04. Desse dinheiro foram depositados R\$ 55.550 na conta de Geson Lira – cunhado e assessor parlamentar do deputado Paulo Neto. Os acusados negam qualquer participação em peculato.

Operação apreende 150 pés de maconha em Presidente Juscelino

Uma operação conjunta deflagrada na tarde da última terça-feira (25) pelas polícias Civil e Militar, em combate ao tráfico de drogas, resultou na apreensão de 150 pés de maconha no município de Presidente Juscelino. A plantação estava localizada no povoado Humaitá. O proprietário, ao perceber a chegada dos policiais, conseguiu se evadir do local.

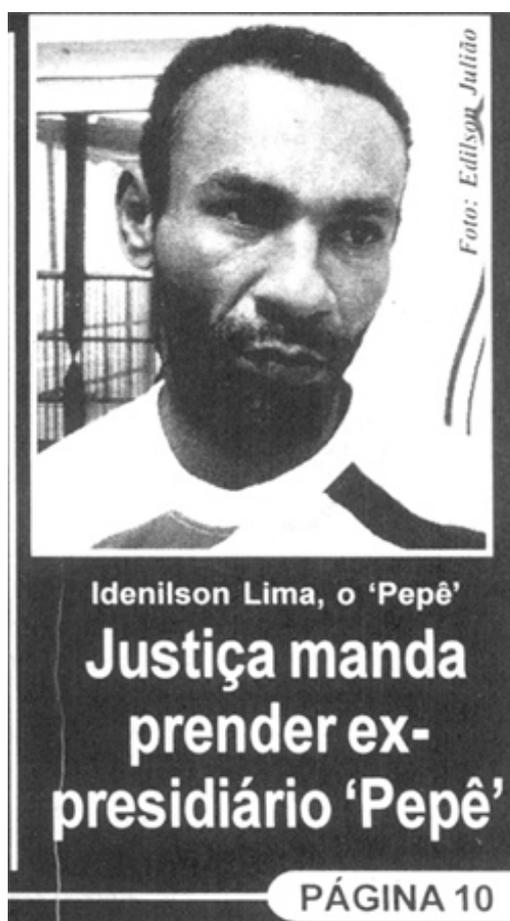
Durante a operação, Policiais Militares e Cíveis percorreram aproximadamente 2 km num matagal, até chegarem ao local, considerado de difícil acesso. Na ocasião, as equipes policiais apreenderam toda a droga e ainda cercaram o local com intuito de prender o homem conhecido como "Raimundo cinco linhas", apontado como dono da plantação.

Segundo informações policiais, Raimundo Cinco Linhas é bastante conhecido no Povoado e cultivava a droga já fazia algum tempo. Os próprios moradores do Povoado, ao ter conhecimento da plantação da maconha, informaram a Polícia.

A ação foi coordenada pelo delegado Ricardo César Soares Garcês, que juntamente com o investigador Robert Belfort e o escrivão Ricardo Evangelista, além dos cabos da Polícia Militar, Amaro Martins e James Lean, montaram todo o trabalho de busca e apreensão dos pés de maconha no Povoado Humaitá.

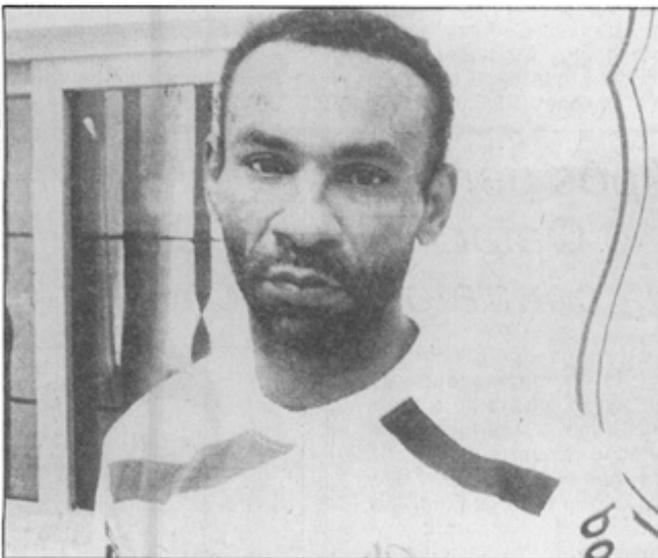
As equipes policiais intensificaram as buscas para localizar o paradeiro de Raimundo. "Vamos continuar trabalhando a partir de levantamentos produzidos pelas equipes da Polícia Civil e diligências a Polícia Militar com intuito de localizar e prender o traficante", informou Ricardo Garcês. O delegado disse ainda que deverá um inquérito policial e determinar buscas em toda região do Município e adjacências para também averiguar outros pontos de plantação e comercialização de maconha naquela região.

Parte da droga vai ser encaminhada para o Instituto de Criminalística (ICRIM) em São Luis para que sejam periciadas. A outra permanecerá no Fórum da Comarca do Município de Icatú.



Justiça manda prender ex-presidiário "Pepê"

Foto: Edilson Juliano



Idenilson Lima Cruz, o 'Pepê'

Agentes do Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Maranhão localizaram e prenderam na Rua das Filipinas, Bairro Anjo da Guarda, o ex-presidiário Idenilson Lima Cruz, o "Pepê", de 33 anos. A prisão foi possível graças a informações passadas ao Disque-Denúncia (3223.5800). Quando foi apresentado ao Delegado titular Gustavo Machado, do 5º DP (Anjo da Guarda), Pepê desconhecida que a autoridade estava de posse de um mandado de prisão em seu desfavor, expedido pelo juiz de Direito Raimundo José Barros de Sousa, da 9ª Vara Criminal.

Na residência de Pepê os policiais encontraram vários

objetos que, tudo indica, são produtos de furto.

Segundo as autoridades, Pepê já passou pelo Complexo Penitenciário de Pedrinhas, por porte ilegal de arma de fogo. O ex-presidiário está sendo investigado no 5º DP sobre possível envolvimento em outros crimes na área do Anjo da Guarda e áreas adjacentes. O Serviço de Inteligência da PMMA suspeita que o ex-presidiário tenha envolvimento com o tráfico de drogas na área do Anjo da Guarda.

O Delegado titular Gustavo Machado informou a prisão de Idenilson Cruz, o "Pepê", ao juiz de Direito Raimundo José Barros, da 9ª Vara Criminal.

DO BLOG DO DÉCIO SÁ

Processo criminal contra prefeito de Caxias dorme no TJ

PÁGINA 2

DO BLOG DO DÉCIO SÁ

Processo criminal contra prefeito de Caxias dorme no TJ

Numeração Única 0022613-20.2007.8.10.0000
Processo 0226132007
Data de Abertura 12/12/2007
Natureza CRIMINAL ORIGINÁRIO
Espécie INQUÉRITO POLICIAL
Câmara TRIBUNAL PLENO
Relator(a) MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES
INDICIADO(A): HUMBERTO IVAR COUTINHO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS
Última movimentação: 16 de abril de 2009

Cuida-se de INQUÉRITO POLICIAL instaurado a fim de apurar eventual crime cometido por HUMBERTO IVAR COUTINHO, Prefeito Municipal de Caxias, com previsão no art. 1º, I e II, do Decreto-Lei nº 201/67, tendo em vista que o mencionado município estaria pagando uma cirurgiã-dentista, Marianne Nunes Soares por serviços prestados no PSF-Programa de Saúde da Família - na qualidade de servidora pública. Dizem os autos que, a referida dentista, teria descoberto que seu nome constava no cadastro de profissionais do PSF daquele município, desde 05/2005 e que jamais tivera qualquer vínculo com citado município, mas que enviara seu curriculum aquele município em dezembro de 2004 e tendo prestado concurso público para o cargo de cirurgiã-dentista, em Caxias/MA. Informa ainda a cirurgiã Marianne que exerce suas funções no município de Esperantina/PI, pelo PSF.

Ofício (assunto e número) - COORDENADORIA DO PLENÁRIO, DAS CÂMARAS REUNIDAS E DA CÂMARA DE FÉRIAS Observação: Ofício nº. 477/2009 - CP Ao Ilustríssimo Senhor DR. RAONE IAUACANÁ FERREIRA DE AGUIAR DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL Superintendência Regional no Estado do Maranhão Delegacia de Polícia Federal em Caxias Rua do Parnásio, 676, Bairro Ponte - CEP: 65.609-620 CAXIAS-MA Assunto: Encaminhamento dos autos do Inquérito Policial Nº 22613/2007 - CAXIAS Comunico a Vossa Senhoria que, nos termos do artigo 377 do Regimento Interno do TJ/MA, indeferi o pedido de dilação do prazo para conclusão do inquérito policial, por entender que o objeto da investigação não é atribuição da Polícia Federal, motivo pelo qual lhe encaminho os presentes autos, para que os remeta a autoridade competente a prosseguir com a investigação sem prejuízo dos feitos já realizados, nos termos do despacho de fls. 71/76.

DESA. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES
Relatora

TJMA recebe denúncia contra o deputado estadual Paulo Neto por crime de peculato

Durante a primeira sessão plenária jurisdicional de 2011, realizada ontem, 26, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, por maioria, a denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto e outros acusados pela suposta prática, em co-autoria de crime de peculato, tipificado no artigo 312 do Código Penal Brasileiro.

Também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar. De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertim, já falecido, um cheque da Fapem no valor de R\$326.759,04.

O valor foi depositado na

conta corrente do município de Presidente Vargas, quando o então prefeito Bertim e sua esposa Maria da Glória Aguiar, tesoureira do município, sacaram em fevereiro de 2005, o valor de R\$126.759,04, depositando em seguida, a quantia de R\$55.550, na conta de Geson Lira - cunhado e, à época, assessor parlamentar do deputado estadual Paulo Neto.

Na mesma operação, depositaram o valor de 70 mil reais na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana, com o objetivo de concretizar uma transação imobiliária realizada pelo deputado Paulo Neto, referente à compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower. Em outra operação, ainda usando o valor sacado da conta municipal, Bertim e sua esposa emitiram em março de 2005, dois cheques de 100 mil reais nominal à Geson de Sousa Lira.

DEFESA - Os acusados alegam em suas defesas a ausência de poder investigação do MPE, cuja competên-

cia atribuem à polícia. Quanto ao uso de recurso público para compra de imóvel, o deputado estadual Paulo Neto afirma ter realizado o pagamento em dinheiro com recursos próprios, considerando também ser ilegal a investigação sobre ele, por contrariar o disposto nos artigos 36 e 81 da Constituição Estadual.

Patrícia Aguiar e Fernando Santos negam a autoria delitiva, afirmando que somente assinavam os cheques pela confiança depositada no prefeito; Geson Lira diz serem ilícitas as provas, por quebra indevida de sigilo bancário

VOTO - O relator do processo, desembargador Paulo Velten, que recebeu a denúncia e foi acompanhado pela maioria do pleno, destacou não vislumbrar a quebra indevida de sigilo bancário, pois as informações foram fornecidas pelo Banco do Brasil, em 2007, de acordo com requisição do juízo da Comarca de Vargem Grande.

Quanto às alegações do



Relator Paulo Velten

deputado estadual Paulo Neto, o desembargador afirma que a denúncia foi proposta por órgão judiciário competente, não havendo, portanto, violação às regras da Constituição Estadual sobre a prerrogativa de foro ao denunciado, que é parlamentar. Ele também ressaltou que, para o recebimento da denúncia, é suficiente a comprovação da materialidade delitiva dos fatos tidos por criminosos.

PROVISORIAMENTE

Juizado especial passa a funcionar em novo endereço

A partir da próxima segunda-feira, 31, o 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo passa a funcionar em novo endereço - Rua Raimundo Correa, 46, Monte Castelo. Para comodidade do público, mesmo com a mudança foram mantidos os antigos telefones: 3243.2031 e 3243.9297.

De acordo com a titular da unidade, juíza Lucimary Campos, o funcionamento do Juizado em novo prédio tem caráter provisório, já que convênio da Corregedoria Geral da Justiça com a Faculdade do Maranhão - FA-

CAM prevê a instalação da unidade em área da instituição, a ser construída no bairro Maranhão Novo.

O tema foi pauta de encontro do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, com o diretor-geral da faculdade, César Bandeira, no ano passado.

"No máximo em dois anos o Juizado estará funcionando lá", estima a juíza.

A partir de 2 de janeiro, média de 10 audiências acontece diariamente no 6º Juizado, onde o número de processos em tramitação - físicos e Projudi - é de aproximadamente 3.500.

POLÍCIA

TRIBUNAL RECEBE DENÚNCIA CONTRA DEPUTADO ESTADUAL

Durante a primeira sessão plenária jurisdicional de 2011, realizada ontem quarta-feira, 26, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, por maioria, a denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto e outros acusados pela suposta prática, em co-autoria de crime de peculato, tipificado no artigo 312 do Código Penal Brasileiro. **PAG. 08**

Tribunal recebe denúncia contra deputado estadual

Durante a primeira sessão plenária jurisdicional de 2011, realizada ontem quarta-feira, 26, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, por maioria, a denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto e outros acusados pela suposta prática, em co-autoria de crime de peculato, tipificado no artigo 312 do Código Penal Brasileiro.

Também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar. De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do

município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertim, já falecido, um cheque da Fapem no valor de R\$326.759,04.

O valor foi depositado na conta corrente do município de Presidente Vargas, quando o então prefeito Bertim e sua esposa Maria da Glória Aguiar, tesoureira do município, sacaram em fevereiro de 2005, o valor de R\$126.759,04, depositando em seguida, a quantia de R\$55.550, na conta de Geson Lira - cunhado e, à época, assessor parlamentar do deputado estadual Paulo Neto.

Na mesma operação, depositaram o valor de 70 mil reais na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana,

com o objetivo de concretizar uma transação imobiliária realizada pelo deputado Paulo Neto, referente à compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower. Em outra operação, ainda usando o valor sacado da conta municipal, Bertim e sua esposa emitiram em março de 2005, dois cheques de 100 mil reais nominal à Geson de Sousa Lira.

Defesa - Os acusados alegam em suas defesas a ausência de poder investigação do MPE, cuja competência atribuem à polícia. Quanto ao uso de recurso público para compra de imóvel, o deputado estadual Paulo Neto afirma ter realizado o pagamento em dinheiro com recursos próprios, considerando tam-



Deputado Paulo Neto

bém ser ilegal a investigação sobre ele, por contrariar o disposto nos artigos 36 e 81 da Constituição Estadual.

Patrícia Aguiar e Fernando Santos negam a autoria delitiva, afirmando que somente assinavam os cheques pela confiança depositada no prefeito; Geson Lira diz serem ilícitas as provas, por quebra indevida de sigilo bancário

Voto - O relator do processo, desembargador Paulo Velten, que recebeu a denúncia e foi acompanhado pela maioria do pleno, destacou não vislumbrar a quebra indevida de sigilo bancário, pois as informações foram forne-

cidas pelo Banco do Brasil, em 2007, de acordo com requisição do juízo da Comarca de Vargem Grande.

Quanto às alegações do deputado estadual Paulo Neto, o desembargador afirma que a denúncia foi proposta por órgão judiciário competente, não havendo, portanto, violação às regras da Constituição Estadual sobre a prerrogativa de foro ao denunciado, que é parlamentar. Ele também ressaltou que, para o recebimento da denúncia, é suficiente a comprovação da materialidade delitiva dos fatos tidos por criminosos.

Amma apóia a indicação do juiz Márlon Reis ao STF

Associação está defendendo o nome
do magistrado maranhense para compor
o quadro do Supremo Tribunal Federal

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), por decisão da sua Diretoria Executiva, manifesta apoio à indicação do seu associado, o juiz maranhense Marlon Reis, titular da Comarca de João Lisboa, para compor o quadro de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o presidente da Amma, juiz Brígido Lages, Márlon Reis reúne todas as qualidades imprescindíveis a um ministro da corte máxima do Judiciário brasileiro, notadamente por sua luta contra a corrupção em todas as esferas de Poder.

Brígido Lages afirma, ainda, ser motivo de orgulho para a Amma apoiar a indicação de um magistrado com as qualidades do juiz Márlon Reis, pela sua postura decente, ética e acima

de tudo por ser um defensor intransigente da legalidade e da moralidade na vida pública.

A indicação de Márlon Reis para compor o STF foi uma iniciativa da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe), entidade da qual é presidente. Márlon também é um dos coordenadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), rede que congrega 50 entidades e foi responsável pelo projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10).

A indicação de um ministro do STF cabe exclusivamente ao presidente da República. Depois da indicação, ele é aprovado após sabatina no Senado Federal.

Biné Morais



O juiz Márlon Reis concorre a vaga para o Supremo Tribunal Federal

Vara de Santa Inês incinera armas brancas

Foram queimadas 92 armas e outros instrumentos de crime relativos a processos já sentenciados ou arquivados

SANTA INÊS - A juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro, da 2ª Vara da Comarca de Santa Inês, determinou, na manhã de terça-feira (25), no Centro de Reciclagem (Vila Adelaide Cabral, s/n - Centro), a incineração de 92 armas brancas e de outros instrumentos de crime relativos a processos já sentenciados ou arquivados.

Segundo a juíza, a medida visa atender às determinações do provimento nº 003/2008, da Corregedoria Geral da Justiça, em que consta orientação do corregedor aos juízes para que, estando comprovada a desnecessidade à persecução criminal, das armas brancas e de objetos instrumentos de crimes, promovam a sua incineração ou destruição.

O corregedor Antonio Guerreiro Júnior cobra insistentemente a medida dos magistrados de 1º grau, como forma de proteger servidores, fóruns e comunidades de assaltos e de outros atos de violência.

O delegado regional de Santa Inês e representante do Ministério Público da comarca foram convidados para o ato.

Exército - Além da incineração, a titular da Vara informou que seguiram para o 7º Batalhão da Po-

Mais

Nas comarcas onde não houver órgão do Exército, o encaminhamento das armas de fogo, acessórios e munições para destruição seja feito por intermédio do órgão da Polícia Militar mais próximo.

lícia Militar, ainda na terça-feira, 56 das 122 armas de fogo (revólveres, pistolas e garruchas) referentes a processos que já contam com laudo pericial e nos quais a custódia da arma é mais necessária ao processo (outras 66 armas foram enviadas anteriormente, explica a magistrada).

As armas devem ser enviadas pelo 7º Batalhão ao Comando do Exército, na capital, para serem incineradas. O envio delas atende ao disposto no provimento anteriormente citado (003/2008), onde se lê que "cessada a necessidade de custódia provisória das armas de fogo, acessórios e munições, e encontrando-se os mesmos nas dependências do fórum ou em outro local onde funcione o juízo, efetuem a sua remessa ao comando do Exército para o fim de destruição".



Juíza Larissa Tupinambá determinou incineração de armas

Ausência de promotores leva juízes a adiarem 60 audiências em Bacabal

A comarca estava há mais de uma semana sem o representante do Ministério Público; dois promotores estão de férias, outros dois de licença médica e um de licença especial

Mario Carvalho
Da Editoria de Política

A ausência de promotores de Justiça levou o Judiciário na comarca de Bacabal a adiar 60 audiências e a cancelar a realização de julgamentos no Tribunal do Júri por mais de uma semana. O caso foi denunciado pela coluna **Estado Maior de O Estado** e repercutido pela TV Mirante. O Ministério Público tem cinco promotores nesse município.

O juiz Roberto de Paula, titular da 2ª Vara, condenou o descaso que vem ocorrendo na cidade, pois os cinco promotores que respondem pela comarca desapareceram e estão sem desempenhar

suas funções. Ele disse que em mais de 12 anos na magistratura nunca tinha visto uma situação dessa natureza.

"A ausência dos promotores na comarca resulta em falta de audiências e de atendimento ao público. Se os promotores estão regularmente afastados de suas funções, isso não importa. O que não pode é a Corregedoria Geral do Ministério Público responder por essas pessoas, que se encontram de licença ou férias", criticou o juiz da 2ª Vara.

O presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Bacabal, Agnelo Rodrigues, também lamentou o fato de o município estar há

mais de uma semana sem promotores de Justiça.

"Mediante os fatos, estamos entrando em contato com a Pro-

curadoria Geral de Justiça do Estado para que as providências sejam tomadas. Entendemos que nesse caso a Procuradoria deve designar promotores para responder, provisoriamente, pela comarca", declarou.

Ausência - Após as denúncias, a corregedora-geral do Ministério Público, Selene Coelho de Lacerda, assinou nota tentando explicar a ausência dos cinco promotores da comarca. No documento, a corregedora afirma que "a Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão tomou as devidas providências para preencher os espaços deixados pelos promotores de justiça ausentes. Ocorre que dois dos membros designados para responder pelos seus colegas em go-

zo de férias adoeceram e não puderam comparecer ao trabalho, situação que não poderia ser prevista pela instituição".

A corregedora diz ainda que "no caso das Promotorias de Bacabal, registraram-se ocorrências, algumas imprevisíveis, que acabaram possibilitando a indesejável situação da ausência de todos os promotores de Justiça titulares na semana passada. Dois membros estão de férias, um de licença especial e dois tiveram que pedir licença médica, devido a problemas de saúde".

Na comarca de Bacabal, dois dos cinco juízes estão de férias. Os três outros magistrados estão respondendo pela Vara e pelo juizado. A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) não permite que mais da metade dos juízes deixem a co-

marca por licença ou férias.

A corregedora afirmou ainda que, ao contrário do que revelou a denúncia, a corregedoria tem buscado pautar sua missão de órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, zelando pelo compromisso com a sociedade e a eficiência no trabalho.

Selene Coelho afirmou que dois promotores de Justiça titulares, com o fim de suas licenças, já estão retornando às suas atividades: Cláudio José Sodré, da 3ª Promotoria, e Sidneya Madalena Miranda Nazareth, da 5ª Promotoria". Ontem à tarde, em Bacabal, no lugar de Sidneya Madalena compareceu o promotor de Justiça Pablo Bogéa, da Promotoria de Vitorino Freire.

Arquivo



O juiz Roberto de Paula, titular da 2ª Vara, condenou o descaso que está ocorrendo em Bacabal

Medalhas

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) realizará sexta-feira um ato solene para entrega de medalhas a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do estudo do Direito.

Durante a solenidade, que acontecerá na sede da Escola, haverá o lançamento do Selo ESMAM, em comemoração aos 25 anos da Escola, e da nova edição do Código de Organização Judiciária do Maranhão, de autoria do desembargador Cleones Cunha.

Serão homenageados com a "Medalha do Mérito Acadêmico ESMAM" os desembargadores Jamil Gedeon Neto, presidente do Tribunal de Justiça; Cleonice Freire, vice-presidente; Guerreiro Junior, corregedor-geral da Justiça; Antonio Rulli, do Tribunal de Justiça de São Paulo; e o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Execuções Penais.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, será um dos agraciados com a Medalha do Mérito da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, em solenidade amanhã, às 17h, na sede da instituição.



Divulgação

Juizado

A partir de segunda-feira (31), o 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo passa a funcionar em novo endereço - Rua Raimundo Corrêa, 46, Monte Castelo. Para comodidade do público, mesmo com a mudança foram mantidos os antigos telefones: 3243.2031 e 3243.9297. De acordo com a titular da unidade, juíza Lucimary Campos, o funcionamento do juizado em novo prédio tem caráter provisório, já que convênio da Corregedoria Geral da Justiça com a Faculdade do Maranhão - Facam prevê a instalação da unidade em área da instituição.

Biné Moraes



Dezenas de casebres construídos em terreno particular na MA-202 foram destruídos ontem, durante operação de reintegração de posse. As famílias que moravam no local não resistiram à ação, mas reclamaram da decisão judicial. **Cidades 2**

Biné Moraes



Trator derruba casebres do Residencial Maioba diante de moradores

Polícia Militar garante reintegração de posse em propriedade na MA-202

Famílias que moravam no local tiveram casebres destruídos durante operação

Cento e quarenta e cinco famílias que residiam há pelo menos três meses em um terreno de propriedade particular, situado nas proximidades da MA-202 (Estrada da Maioba) e que havia recebido o nome de Residencial Maioba, foram expulsas ontem do local em uma operação de reintegração de posse. Cerca de 70 policiais militares participaram da operação, em cumprimento à Ação Liminar de Manutenção de Posse nº 16.93-67 da 27ª Zona Judiciária. Apesar de não ter havido resistência por parte dos invasores, o clima foi de tensão. Uma mulher passou mal e precisou ser reanimada. Algumas famílias reclamaram de perda total de bens.

Dezenas de casebres edificadas com madeira e taipa foram destruídas por um trator durante a ação de reintegração de posse. Desesperados, pais de famílias e idosos reclamaram da decisão liminar que determinou a retirada das 145 famílias do terreno, argumentando o abandono do

local por mais de 20 anos. Segundo os invasores, cerca de 500 pessoas residiam na área. "Eu conheço esse terreno há mais de 16 anos e posso garantir que nunca foi ocupado. Estava abandonado e nós que roçamos o matagal. Esse foi o local que escolhemos para viver, mas estão tirando ele de nós", disse Manoel de Jesus.

Ele afirmou que todos já haviam tomado conhecimento da notificação da Justiça, mas alegaram não ter outro local para morar. "A maioria das pessoas que estão aqui vivia de aluguel ou morava de favor em casa de parentes. Nós estamos procurando abrigo e foi este que encontramos", disse.

O capitão Azevedo, comandante da 4ª Companhia do 6º Batalhão da Polícia Militar, disse que a presença da polícia foi uma forma de garantir a segurança e integridade da comunidade. Ele assegurou que não houve distúrbios, muito menos detenções por desacato ou resistência. "A operação transcorreu de forma tranquila, até porque já havíamos conversado com as pessoas a respeito da decisão judicial e eles colaboraram com o trabalho da Polícia Militar", resumiu.

Estado Maior

Justiça acata denúncia contra parlamentar

O Tribunal de Justiça acatou ontem denúncia do Ministério Público contra o deputado estadual Paulo Neto e um grupo de pessoas por atos de corrupção em Presidente Vargas. O desembargador-relator Paulo Velten não aceitou os argumentos dos acusados. **Política 3**

Ferida aberta

Na primeira reunião de 2011, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) reabre a ferida mal cicatrizada da cidade de Presidente Vargas: recebeu denúncia em que o deputado estadual Paulo Neto é acusado de crime de peculato. Com ele, foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar.

O Ministério Público (MP) acusa Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Município de Presidente Vargas (Fapem), de emitir, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, o Bertim, assassinado em 2006, um cheque da Fapem no valor de R\$ 326.759,04.

O valor foi depositado na conta da Prefeitura de Presidente Vargas, quando o então prefeito Bertim e sua mulher e tesoureira municipal, Maria da Glória Aguiar, sacaram, em fevereiro de 2005, R\$ 126.759,04, depositando, em seguida, R\$ 55.550 na conta de Geson Lira, cunhado e, à época, assessor do deputado Paulo Neto.

Na mesma operação, afirma o MP, depositaram R\$ 70 mil na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana, para bancar a compra, pelo deputado Paulo Neto, de uma sala no edifício Planta Tower, em São Luís. Em outra operação, ainda usando o valor sacado, Bertim e sua mulher emitiram, em março de 2005, dois cheques de R\$ 100 mil nominais a Geson de Sousa Lira.

Os acusados se defendem alegando a ausência de poder investigação do MP, competência que seria da polícia. O deputado Paulo Neto afirma ter pagado a sala com seu próprio dinheiro, e acusa de ilegal a investigação sobre ele, por contrariar o disposto nos artigos 36 e 81 da Constituição Estadual. Já Patrícia Aguiar e Fernando Santos dizem que assinavam os cheques pela confiança depositada no prefeito; Geson Lira diz serem ilícitas as provas, por quebra indevida de sigilo bancário.

Mas o relator do processo, desembargador Paulo Velden, demoliu uma a uma as alegações dos acusados, acatou a denúncia do MP e foi acompanhado pela maioria do plenário.

Sereno?

Assessores do reitor José Augusto Oliveira garantem que ele aguarda com serenidade o desenrolar dos fatos que envolvem as eleições para reitor e vice da Uema.

Oliveira estaria convencido de que a justiça será feita e que serão considerados o bem-estar da comunidade acadêmica e a estabilidade da instituição.

É, mas vale aguardar o pronunciamento da Justiça em relação ao seu recurso.

Prisão I

A Polícia Militar deu cumprimento a um mandado de prisão por sentença, expedido pela Justiça em abril do ano passado e prendeu, ontem, Idenilson Lima Cruz, o *Pepê*, de 33 anos, procurado por assalto e homicídio. Ele foi localizado na Rua das Filipinas, casa 13, no bairro Anjo da Guarda (área Itaqui-Bacanga), por volta das 15h, por uma equipe do Serviço de Inteligência (SI).

Prisão II

O mandado de prisão contra Idenilson Lima Cruz, o *Pepê*, foi expedido pelo juiz Raimundo José Barros de Sousa, titular da 9ª Vara Criminal de São Luís. Na chegada dos PMs, Pepê foi flagrado com vários aparelhos celulares e relógios de pulso. Os militares que efetuaram a prisão informaram que familiares do acusado chegaram a dispersar uma quantidade de droga em um matagal.

Magistratura I

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) realizará ato solene nesta sexta-feira, 28, às 17h, para entrega de medalhas a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do estudo do Direito. Durante a solenidade, que

acontecerá na sede da Escola, haverá o lançamento do Selo ESMAM, em comemoração aos 25 anos da Escola, e da nova edição do Código de Organização Judiciária do Maranhão, de autoria do desembargador Cléones Cunha.

Magistratura II

Serão homenageados com a Medalha, os desembargadores Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça; Cleonice Freire, vice-presidente; Guerreiro

Junior, corregedor-geral da Justiça; Antonio Rulli, do Tribunal de Justiça paulista; e o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Execuções Penais.

TJ denuncia deputado Paulo Neto por desvio de dinheiro público

Durante a primeira sessão plenária jurisdicional de 2011, realizada nesta quarta-feira, 26, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, por maioria, a denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto e outros acusados pela suposta prática, em co-autoria de crime de peculato, tipificado no artigo 312 do Código Penal Brasileiro.

Também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar. De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertim, já falecido, um cheque da Fapem no valor de R\$ 326.759,04.

A quantia foi depo-

sitada na conta corrente do município de Presidente Vargas, quando o então prefeito Bertim e sua esposa Maria da Glória Aguiar, vereadora do município, sacaram em fevereiro de 2005, o valor de R\$ 126.759,04, depositando em seguida, a quantia de R\$ 55.550, na conta de Geson Lira - cunhado e, à época, assessor parlamentar do deputado estadual Paulo Neto.

Relator do processo - Na mesma operação, depositaram o valor de 70 mil reais na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana, com o objetivo de concretizar uma transação imobiliária realizada pelo deputado Paulo Neto, referente à compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower. Em outra operação, ainda usando o valor sacado da conta municipal, Bertim e sua esposa emitiram em março de 2005, dois cheques de 100 mil reais nominal à Geson de Sousa Lira.

Defesa - Os acusados alegam em suas defesas a ausência de

poder de investigação do MPE, cuja competência atribuem à polícia. Quanto ao uso de recurso público para compra de imóvel, o deputado estadual Paulo Neto afirma ter realizado o pagamento em dinheiro com recursos próprios, considerando também ser ilegal a investigação sobre ele, por contrariar o disposto nos artigos 36 e 81 da Constituição Estadual.

Patrícia Aguiar e Fernando Santos negam a autoria delitiva, afirmando que somente assinavam os cheques pela confiança depositada no prefeito; Geson Lira diz serem incitas as provas, por quebra indevida de sigilo bancário.



Paulo Neto tá enrolado

Paulo Neto enrolado com a Justiça

Durante a primeira sessão plenária jurisdicional de 2011, realizada nesta quarta-feira, 26, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, por maioria, a denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto e outros acusados pela suposta prática, em co-autoria de crime de peculato, tipificado no artigo 312 do Código Penal Brasileiro.

Também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar. De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu

Santos Aguiar, conhecido como Bertim, já falecido, um cheque da Fapem no valor de R\$326.759,04.

A quantia foi depositada na conta corrente do município de Presidente Vargas, quando o então prefeito Bertim e sua esposa Maria da Glória Aguiar, tesoureira do município, sacaram em fevereiro de 2005, o valor de R\$126.759,04, depositando em seguida, a quantia de R\$55.550, na conta de Geson Lira - cunhado e, à época, assessor parlamentar do deputado estadual Paulo Neto.

Na mesma operação, depositaram o valor de 70 mil reais na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana, com o objetivo de concretizar uma transação imobiliária realizada pelo deputado Paulo Neto, referente à compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower. Em outra operação, ainda usan-

do o valor sacado da conta municipal, Bertim e sua esposa emitiram em março de 2005, dois cheques de 100 mil reais nominal à Geson de Sousa Lira.

Defesa - Os acusados alegam em suas defesas a ausência de poder de investigação do MPE, cuja competência atribuem à polícia. Quanto ao uso de recurso público para compra de imóvel, o deputado estadual Paulo Neto afirma ter realizado o pagamento em dinheiro com recursos próprios, considerando também ser ilegal a investigação sobre ele, por contrariar o disposto nos artigos 36 e 81 da Constituição Estadual.

Patrícia Aguiar e Fernando Santos negam a autoria delitiva, afirmando que somente assinavam os cheques pela confiança depositada no prefeito; Geson Lira diz serem ilícitas as provas, por quebra indevida de sigilo bancário

Voto - O relator do processo, desembargador Paulo Velten, que recebeu a denúncia e foi acompanhado pela maioria do pleno, destacou não vislumbrar a quebra indevida de sigilo bancário, pois as informações foram fornecidas pelo Banco do Brasil, em 2007, de acordo com requisição do juízo da Comarca de Vargem Grande.

Quanto às alegações do deputado estadual Paulo Neto, o desembargador afirma que a denúncia foi proposta por órgão judiciário competente, não havendo, portanto, violação às regras da Constituição Estadual sobre a prerrogativa de foro ao denunciado, que é parlamentar. Ele também ressaltou que, para o recebimento da denúncia, é suficiente a comprovação da materialidade delitiva dos fatos tidos por criminosos.

DEPUTADO PAULO NETO VAI RESPONDER POR PECULATO

PÁGINA 3

TJ aceita denúncia contra Paulo Neto

Deputado é acusado de ter sido beneficiado com uma sala comercial num suposto esquema de corrupção da Prefeitura de Presidente Vargas. Há mais quatro denunciados

CLODOALDO CORRÊA

Na primeira sessão do pleno do Tribunal de Justiça em 2011, com 30 julgamentos em pauta, a maioria dos desembargadores decidiu acatar denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto (PHS), por crime de peculato. O desembargador Paulo Velten, relator do processo, deu parecer favorável à ação movida pelo Ministério Público Estadual. Junto com Paulo Neto também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar.

Segundo a denúncia do MP, Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, o Bertim, assassinado em 2007, um cheque da Fapem no valor de R\$ 326.759,04. O valor foi depositado na conta da

prefeitura.

Bertim e a mulher dele, Maria da Glória Aguiar, então tesoureira do município, sacaram R\$ 126.759,04 em fevereiro de 2005 e depositaram R\$ 55.550, na conta de Geson Lira – cunhado e, à época, assessor parlamentar do deputado estadual Paulo Neto.

Na mesma operação, depositaram R\$ 70 mil na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana. O objetivo seria a compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower (Renascença) em favor de Paulo Neto. Em outra operação, ainda usando o dinheiro sacado da conta municipal, Bertim e a mulher emitiram dois cheques de R\$ 100 mil nominal à Geson de Sousa Lira, em março de 2005.

A defesa alega que a investigação do caso não caberia ao MPE, mas à polícia. Paulo Neto diz ter pago o imóvel com dinheiro próprio e também alega investigação ilegal. Patrícia Aguiar e Fernando

Santos negam ato criminoso, afirmando terem somente assinado cheques a pedido de Bertim, por dever de ofício.

Geson Lira diz que as provas são falsas e a quebra dos sigilos bancários foi ilegal.

“Este processo não é forrado somente nas denúncias do MP, mas em elementos concretos, provas, documentos”

PAULO VELTEN,
desembargador, relator do processo

Para relator, prova é legal

Paulo Velten destacou não vislumbrar a quebra indevida de sigilo bancário, pois as informações foram fornecidas pelo Banco do Brasil, em 2007, de acordo com requisição do juízo da Comarca de Vargem Grande. “Este processo não é forrado somente nas denúncias do MP, mas em elementos concretos, provas, documentos”, afirmou.

Quanto às alegações do deputado, o desembargador afirma que a denúncia foi proposta por órgão judiciário competente, não havendo, portanto, violação às regras da Constituição Estadual sobre a prerrogativa de foro ao denunciado. Ele também ressaltou que, para o recebimento da

denúncia, as provas existentes são suficientes.

“A ação penal independe do inquérito policial. O Ministério Público tem o controle externo e o direito de investigação”, afirmou o desembargador José Joaquim Lourival Serejo, que acompanhou o relator e acatou a denúncia. O IMPARCIAL tentou contato com o deputado Paulo Neto durante toda à tarde de ontem, sem sucesso.



PAULO NETO TERIA SIDO FAVORECIDO COM UMA SALA COMERCIAL DE R\$ 70 MIL NO PLANTA TOWER, NO RENASCENÇA

Operação da Polícia Civil prende nove pessoas em Timon

Uma ação conjunta realizada por investigadores da Polícia Civil da Delegacia Especializada em Homicídios de Timon e a 18ª Regional resultou na prisão de nove pessoas envolvidas em ações delituosas nas áreas próximas a esse município. A Operação, realizada na última terça-feira, 25, foi liderada pelo Delegado Ricardo Herlon Furta do Freire, responsável pela representação de pedido de prisão preventiva de seis dos detidos. Estes foram indiciados como principais suspeitos da morte de Milton Carlos da Silva Reis, ocorrido em dezembro último, naquela cidade nos limites entre o Maranhão e Piauí. ÚLTIMA PÁGINA

DIVULGAÇÃO



Policiais civis efetuam prisões durante a operação realizada em Timon

Operação da PC prende nove pessoas em Timon

Uma ação conjunta realizada por investigadores da Polícia Civil da Delegacia Especializada em Homicídios de Timon e a 18ª Regional resultou na prisão de nove pessoas envolvidas em ações delituosas nas áreas próximas a esse município. A Operação, realizada na última terça-feira, 25, foi liderada pelo Delegado Ricardo Herlon Furtado Freire, responsável pela representação de pedido de prisão preventiva de seis dos detidos.

Gilmar Lopes de Souza, Tiago Silva da Costa, Francisco Silas da Silva Sousa, John Lennon Ferreira dos Santos Sousa, Josuelson Oliveira dos Reis e Limarcos Barros Fernandes foram indiciados como principais suspeitos da morte de Milton Carlos da Silva Reis, ocorrido em dezembro último, naquela cidade nos limites entre o Maranhão e Piauí.

Na ocasião, a vítima foi assassinada a pauladas e ainda recebeu vários golpes de capote na cabeça, vindo a sofrer traumatismo craniano, que o levou a morte instantânea.

Na ação, também foram presos Rafael Cardoso da Silva, foragido do Centro de Ressocialização Regional Penitenciária Jorge Vieira, em Timon, desde outubro de 2010; e Maria dos Milagres Gomes Campos, indiciada por roubo.

A Polícia Civil também conduziu ao 1º DP de Timon, Rosimar Oliveira, dona da residência em que estavam os dois foragidos da Justiça, onde foi registrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), processando a mulher por crime de favorecimento pessoal.

A Operação cumpriu ainda um mandado de busca e apreensão em desfavor de Fagner Gean Costa. Em poder do rapaz, foram apreendidos, uma pequena quantidade de crack e 4 mil reais em espécie, oriundo da comercialização ilícita da droga.

Todos os presos ficarão custodiados na comarca de Timon, aguardando o trâmite do processo. Rafael Cardoso que já é condenado será reencaminhado ao Centro de Ressocialização da cidade.

JUNIOR FOICINHA



Foragido da Justiça é localizado por meio do Disque Denúncia

Policiais do Serviço de Inteligência da Polícia Militar (SI-PM) capturaram na tarde de ontem, no Anjo da Guarda, Idenilson Lima Cruz (foto), 33 anos. Os militares se deslocaram até a Rua das Filipinas, para averiguar uma denúncia anônima feita ao Disque Denúncia (3223-5800), de que um homem estaria efetuando disparos em via pública, no início desta semana. Chegando ao local, os policiais renderam Idenilson e encaminharam ao 5º Distrito Policial (Anjo da Guarda).

No momento da prisão, o homem não portava arma de fogo, então não pôde configurar flagrante, mas durante o depoimento e análise da ficha criminal de Idenilson descobriram que ele é foragido da Justiça desde 2006, onde está com um mandado de prisão por porte ilegal de arma, na 9ª Vara Criminal, expedido pelo juiz Raimundo José Barros.

O delegado Gustavo Machado, do 5º DP, contou que não entendia o motivo pelo qual Idenilson estava solto, sendo que ele já foi sentenciado. Idenilson foi encaminhado ainda na tarde de ontem ao Centro de Triagem de Pedrinhas. (LC)

Corregedor-geral receberá Medalha do Mérito da Esmam

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, será um dos agraciados com a Medalha do Mérito da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), em solenidade amanhã, às 17h, na sede da escola. A medalha é concedida a personalidades que contribuem para desenvolver o estudo do Direito.

Serão eventos paralelos os lançamentos do selo Esmam – comemorativo aos 25 anos da escola, a ser comemorados este ano – e da 4ª edição revisada do Código de Organização Judiciária, do desembargador Cleones Cunha.

Além do corregedor Guerreiro Júnior serão homenageados com a comenda os desembargadores Jamil Gedeon (presidente do Tribunal de Justiça), Cleonice Freire (vice-presidente) e Antonio Rulli (TJSP), e o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Execuções Penais (VEP).

A Medalha do Mérito da Esmam foi instituída pelo TJMA em reconhecimento a magistrados e não-magistrados que tenham contribuído para os serviços da Justiça e atividades da escola. A proposta de criação da medalha é do desembargador Cleones Cunha, ex-diretor da Esmam.

Reconhecimento

● O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, será um dos agraciados com a Medalha do Mérito da ESMAM (Escola Superior da Magistratura do Maranhão), em solenidade na próxima sexta-feira, 28, às 17h, na sede da escola. A medalha é concedida a personalidades que contribuem para desenvolver o estudo do Direito. Além do corregedor Guerreiro Júnior serão homenageados com a comenda os desembargadores Jamil Gedeon (presidente do Tribunal de Justiça), Cleonice Freire (vice-presidente) e Antonio Rulli (TJSP), e o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Execuções Penais (VEP).

■ Transparência

O Judiciário anunciou a criação de um portal com informações sobre todos os gastos realizados pelo Poder na esfera federal. O Portal da Transparência do Judiciário seguirá os mesmos moldes do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU), que divulga os gastos do Executivo federal na internet. A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os dados são referentes ao Superior Tribunal de Justiça, à Justiça Federal, à Justiça do Trabalho, à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e ao Conselho Nacional de Justiça. tipo de despesa, além da possibilidade de fazer a consulta pelo favorecido. O acesso público aos dados detalhados será disponibilizado diariamente pelo site: www.portaltransparencia.jus.br.

6º Juizado funciona em novo endereço, a partir de segunda

A partir de segunda-feira, 31, o 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo passa a funcionar em novo endereço – Rua Raimundo Correa, 46, Monte Castelo. Para comodidade do público, mesmo com a mudança foram mantidos os antigos telefones: 3243.2031 e 3243.9297.

De acordo com a titular da unidade, juíza Lucimary Campos, o funcionamento do Juizado em novo prédio tem caráter provisório, já que convênio da Corregedoria Geral da Justiça com a Faculdade do Maranhão – Facam prevê a instalação da unidade em área da instituição, a ser construída no bairro Maranhão Novo.

O tema foi pauta de encontro do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, com o diretor-geral da faculdade, César Bandeira, no ano passado. “No máximo em dois anos o Juizado estará funcionando lá”, estimou a juíza.

Desde 2 de janeiro, média de 10 audiências acontece diariamente no 6º Juizado, onde o número de processos em tramitação – físicos e Projudi – é de aproximadamente 3.500.

Justiça recebe denúncia contra o deputado estadual Paulo Neto

Durante a primeira sessão plenária jurisdicional de 2011, realizada ontem, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, por maioria, a denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto e outros acusados pela suposta prática, em co-autoria de crime de peculato, tipificado no artigo 312 do Código Penal Brasileiro.

Também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar. De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertim, já falecido, um cheque da Fapem no valor de R\$326.759,04.

O valor foi depositado na conta-corrente do município de Presidente Vargas, quando o então prefeito Bertim e sua esposa Maria da Glória Aguiar, tesoureira do município, sacaram em fevereiro de 2005, o valor de R\$ 126.759,04, depositando em seguida, a quantia de R\$ 55.550, na conta de Geson Lira – cunhado e, à época, assessor parlamentar do deputado estadual Paulo Neto.

Na mesma operação, depositaram o valor de 70 mil reais na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana, com o objetivo de concretizar uma transação imobiliária realizada pelo deputado Paulo Neto, referente à compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower. Em outra operação, ain-

da usando o valor sacado da conta municipal, Bertim e sua esposa emitiram em março de 2005, dois cheques de 100 mil reais nominal à Geson de Sousa Lira.

Defesa – Os acusados alegam em suas defesas a ausência de poder investigação do MPE, cuja competência atribuem à polícia. Quanto ao uso de recurso público para compra de imóvel, o deputado estadual Paulo Neto afirma ter realizado o pagamento em dinheiro com recursos próprios, considerando também ser ilegal a investigação sobre ele, por contrariar o disposto nos artigos 36 e 81 da Constituição Estadual.

Patrícia Aguiar e Fernando Santos negam a autoria delitiva, afirmando que somente assinavam os cheques pela confiança depositada no prefeito; Geson Lira diz serem ilícitas as provas, por quebra indevida de sigilo bancário.

Voto – O relator do processo, desembargador Paulo Velten, que recebeu a denúncia e foi acompanhado pela maioria do pleno, destacou não vislumbrar a quebra indevida de sigilo bancário, pois as informações foram fornecidas pelo Banco do Brasil, em 2007, de acordo com requisição do juízo da Comarca de Vargem Grande.

Quanto às alegações do deputado estadual Paulo Neto, o desembargador afirma que a denúncia foi proposta por órgão judiciário competente, não havendo, portanto, violação às regras da Constituição Estadual sobre a prerrogativa de foro ao denunciado, que é parlamentar. Ele também ressaltou que, para o recebimento da denúncia, é suficiente a comprovação da materialidade delitiva dos fatos tidos por criminosos.

Contratação

O jornalista Raimundo Garrone postou em seu blog que a Secretaria de Cultura contratou o Grupo de Agentes Culturais Barrica e Bicho Terra por R\$ 26 mil para se apresentar no Seminário de Cadeias Produtivas Meio Norte, em 10 de novembro, em Araioses, e no V Encontro Permanente de Vices-presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, no dia seguinte, na Casa de Veraneio, (Praia de São Marcos).

Deputado responderá por crime de peculato

O deputado Paulo Neto vai ter que responder por co-autoria de crime de peculato. Ontem, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, por maioria, denúncia contra o parlamentar. Também são acusados Gerson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar. Paulo Neto teria recebido 70 mil reais da Prefeitura de Presidente Vargas, depositados na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana com o objetivo de concretizar uma transação imobiliária realizada pelo deputado referente à compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower. Os acusados alegaram a ausência de poder de investigação do Ministério público Estadual, cuja competência atribuem à polícia. Quanto ao pagamento do imóvel, Paulo Neto disse ter realizado em dinheiro com recursos próprios. Todo esquema envolve o ex-prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu, o Bertim, que foi assassinado. **Página-3**

TJ recebe denuncia contra Paulo Neto por peculato

Durante a primeira sessão plenária jurisdicional de 2011, realizada ontem, 26, em São Luís, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, por maioria, a denúncia contra o deputado estadual Paulo Roberto Almeida Neto e outros acusados pela suposta prática, em co-autoria de crime de peculato, tipificado no artigo 312 do Código Penal Brasileiro. Também foram denunciados Geson de Sousa Lira, Patrícia Iralda Aguiar Costa, Fernando Carlos Pereira Santos e Maria da Glória Pereira Aguiar.

De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), Patrícia Aguiar e Fernando Santos, respectivamente, presidente e ex-presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do município de Presidente Vargas (Fapem), emitiram, a pedido do então prefeito municipal Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertim, já falecido, um cheque da Fapem no valor de R\$326.759,04.

PROPINA

O valor foi depositado na conta corrente do município de Presidente Vargas, quando o então



Paulo Neto é acusado de receber propina do ex-prefeito de Presidente Vargas

prefeito Bertim e sua esposa Maria da Glória Aguiar, tesoureira do município, sacaram em fevereiro

de 2009, o valor de R\$126.759,04, depositando em seguida, a quantia de R\$55.550, na conta de Ge-

son Lira – cunhado e, à época, assessor parlamentar do deputado estadual Paulo Neto.

Na mesma operação, depositaram o valor de 70 mil reais na conta de Antônio de Jesus Oliveira de Santana, com o objetivo de concretizar uma transação imobiliária realizada pelo deputado Paulo Neto, referente à compra de uma sala comercial no edifício Planta Tower. Em outra operação, ainda usando o valor sacado da conta municipal, Bertim e sua esposa emitiram em março de 2005, dois cheques de 100 mil reais nominal à Geson de Sousa Lira.

QUESTIONAMENTO

Os acusados alegam em suas defesas a ausência de poder investigação do MPE, cuja competência atribuem à polícia. Quanto ao uso de recurso público para compra de imóvel, o deputado estadual Paulo Neto afirma ter realizado o pagamento em dinheiro com recursos próprios, considerando também ser ilegal a investigação sobre ele, por contrariar o disposto nos artigos 36 e 81 da Constituição Estadual.

Patrícia Aguiar e Fernando

Santos negam a autoria delitiva, afirmando que somente assinavam os cheques pela confiança depositada no prefeito; Geson Lira diz serem ilícitas as provas, por quebra indevida de sigilo bancário

SIGILO

O relator do processo, desembargador Paulo Velten, que recebeu a denúncia e foi acompanhado pela maioria do pleno, destacou não vislumbrar a quebra indevida de sigilo bancário, pois as informações foram fornecidas pelo Banco do Brasil, em 2007, de acordo com requisição do juízo da Comarca de Vargem Grande.

Quanto às alegações do deputado estadual Paulo Neto, o desembargador afirma que a denúncia foi proposta por órgão judiciário competente, não havendo, portanto, violação às regras da Constituição Estadual sobre a prerrogativa de foro ao denunciado, que é parlamentar. Ele também ressaltou que, para o recebimento da denúncia, é suficiente a comprovação da materialidade delitiva dos fatos tidos por criminosos.